

Política fiscal: desempenho favorável*

Isabel Noemia Rückert**

Economista da FEE.

Maria Luíza Borsatto**

Economista da FEE.

Resumo

Este artigo analisa o desempenho das contas públicas do País de janeiro a maio de 2005 e, especificamente, registra que o superávit primário atingiu 6,57% do PIB no período, devido a um aumento da arrecadação tributária. A relação dívida pública/PIB diminuiu de 51,7% em dezembro de 2004 para 50,3% em maio de 2005. O que se verificou é que o Governo efetuou um rigoroso ajuste fiscal nas suas contas, mas que não foi suficiente para cobrir os seus gastos com juros da dívida.

Palavras-chave

Política fiscal; contas públicas; tributação.

Abstract

This article analyzes the performance of the public accounts of the country from january to may in 2005 and registers that the primary surplus reached 6,57% of PIB in the period, due to an increase of the collection tax. The relation public debt/PIB reduced from 51,7% in 2004's december to 50,3% in 2005's may. It was noticed that the government carry out a strict tax adjustment in their accounts but it wasn't enough to cover their expenses with interests of the debt.

Artigo recebido em 18 jul. 2005.

* Texto elaborado com informações obtidas até 30.06.05.

** As autoras agradecem ao colega Alfredo Meneghetti Neto os comentários e as sugestões e ao estagiário Fábio Magalhães Nunes a elaboração das tabelas.

Introdução

A condução da política macroeconômica durante o ano de 2005 vem sendo efetuada basicamente com a utilização de câmbio flutuante, metas inflacionárias e metas de superávit primário.

A combinação de um câmbio apreciado e juros altos alterou a estimativa de crescimento do PIB para 2005, com uma previsão de que seja inferior ao do ano de 2004. No primeiro trimestre de 2005, o PIB registrou um crescimento de 2,9% em relação a igual período de 2004.

Além disso, o Governo utilizou a elevação da taxa de juros básica, com o intuito de conter a demanda agregada, mas o aumento da mesma levou a uma crescente entrada de capitais de curto prazo, e esse incremento de recursos refletiu-se numa apreciação cambial.

A taxa de juros, que vinha sendo elevada pelo Comitê de Política Monetária (Copom) desde setembro de 2004, interrompeu essa trajetória de alta no mês de junho de 2005, em vista dos resultados atingidos pela taxa de inflação. Houve uma redução da taxa de inflação, melhorando as projeções inflacionárias, principalmente no mês de maio, quando o IPCA atingiu 0,49%, e no mês de junho, quando apresentou deflação de 0,02%. No acumulado do ano, a mesma já alcançou 3,16%, sendo que a meta de inflação para o ano de 2005 está estimada em 5,1%. Para os próximos anos (2006 e 2007), já foram estabelecidas, pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), as metas a serem cumpridas pelo Banco Central, as quais foram idênticas e fixadas em 4,5%, com uma faixa de tolerância de dois pontos percentuais.

Quanto ao resultado fiscal, o Governo continuou melhorando as suas contas, alcançando superávits fiscais crescentes, para garantir sustentabilidade à dívida pública.

O presente artigo busca examinar o comportamento das contas fiscais no primeiro semestre de 2005. Com esse objetivo, o texto divide-se em cinco seções. Na seção 1, apresentam-se os resultados obtidos nas contas fiscais pelo setor público consolidado; na seção 2, analisa-se a dívida líquida do setor público. Nas seções seguintes, destaca-se o desempenho, especificamente, das contas do Governo Central e da arrecadação tributária Federal e elabora-se um breve comentário sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Por fim, são tecidas algumas considerações finais.

1 - Os resultados fiscais do setor público consolidado

O resultado primário (receitas menos despesas, excluídos os juros nominais) do setor público consolidado (Governo Central, governos estaduais e municipais e empresas estatais) tem atingido superávits elevados. O Governo mantém, para o ano de 2005, a meta de um superávit primário de 4,25% do PIB. O resultado acumulado até maio deste ano atingiu R\$ 50,32 bilhões, o equivalente a 6,57% do PIB, superando a meta pretendida pelo Governo. Esse desempenho deveu-se tanto a um aumento da receita quanto à contenção dos gastos. A carga tributária tem subido, para proporcionar resultados primários favoráveis, todavia o Governo também vem adotando um aperto fiscal pelo lado das despesas, para manter esse superávit. A maior parcela desse total refere-se ao resultado do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central), que obteve um superávit primário de R\$ 34,35 bilhões (4,48% do PIB), diante de R\$ 30,23 bilhões no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os governos regionais (estados e municípios) apresentaram um superávit de R\$ 12,00 bilhões (1,57% do PIB) de janeiro a maio de 2005, contra R\$ 8,50 bilhões (1,25% do PIB) em idêntico período de 2004, evidenciando que esses níveis de governo também vêm efetuando um ajuste fiscal nas suas contas. As empresas estatais (federais, estaduais e municipais) tiveram a menor participação no desempenho positivo do setor público, registrando um superávit de R\$ 3,97 bilhões, o equivalente a 0,52% do PIB.

No que se refere aos gastos com juros nominais efetuados pelo setor público, os mesmos atingiram o montante de R\$ 64,89 bilhões até maio de 2005, diante de R\$ 51,94 bilhões em igual período do ano anterior, o que significou um aumento de 25%. O aumento dos juros nominais deveu-se ao fato de que, desde setembro de 2004, o Copom vem elevando a taxa de juros básica ("over-Selic") mensalmente, quando subiu de 16% a.a. para 16,25% a.a., continuando a aumentar até atingir 19,75% a.a. em maio de 2005 e mantendo-se nesse patamar em junho deste ano.

Quando se verifica o resultado nominal do setor público, que inclui os dispêndios com juros nominais, observa-se que houve um déficit de R\$ 14,56 bilhões de janeiro a maio de 2005, ou o equivalente a 1,90% do PIB. Nesse mesmo período de 2004, o déficit nominal foi menor, alcançando o valor de R\$ 13,67 bilhões (2,02% do PIB), conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público do Brasil — 2004-05

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/04		2004		JAN-MAIO/05	
	Valor (R\$ mi- lhões)	% PIB	Valor (R\$ mi- lhões)	% PIB	Valor (R\$ mi- lhões)	% PIB
TOTAL NOMINAL	13 673	2,02	47 144	2,66	14 568	1,90
Governo Central	1 129	0,17	27 033	1,53	13 713	1,79
Governo Federal (1)	2 945	0,43	32 976	1,86	13 632	1,78
Bacen	-1 816	-0,27	-5 943	-0,34	81	0,01
Governos regionais	13 035	1,92	33 982	1,92	3 327	0,43
Governo estadual	10 799	1,59	27 497	1,55	3 467	0,45
Governo municipal	2 237	0,33	6 485	0,37	-140	-0,02
Empresas estatais	-491	-0,07	-13 871	-0,78	-2 472	-0,32
Empresas estatais federais	-766	-0,11	-14 645	-0,83	-837	-0,11
Empresas estatais estaduais ..	216	0,03	642	0,04	-1 675	-0,22
Empresas estatais municipais	59	0,01	132	0,01	40	0,01
JUROS NOMINAIS	51 941	7,66	128 256	7,25	64 896	8,47
Governo Central	31 362	4,62	79 419	4,49	48 064	6,27
Governo Federal (1)	33 244	4,90	85 698	4,84	48 005	6,26
Bacen	-1 882	-0,28	-6 279	-0,35	59	0,01
Governos regionais	21 536	3,17	51 464	2,91	15 333	2,00
Governo estadual	18 437	2,72	43 558	2,46	12 827	1,67
Governo municipal	3 099	0,46	7 906	0,45	2 506	0,33
Empresas estatais	-957	-0,14	-2 627	-0,15	1 499	0,20
Empresas estatais federais	-2 500	-0,37	-5 708	-0,32	825	0,11
Empresas estatais estaduais ..	1 448	0,21	2 887	0,16	591	0,08
Empresas estatais municipais	95	0,01	194	0,01	83	0,01

(continua)

Tabela 1

Necessidade de financiamento do setor público do Brasil — 2004-05

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO/04		2004		JAN-MAIO/05	
	Valor (R\$ mi- lhões)	% PIB	Valor (R\$ mi- lhões)	% PIB	Valor (R\$ mi- lhões)	% PIB
RESULTADO PRIMÁRIO	-38 268	-5,64	-81 112	-4,58	-50 328	-6,57
Governo Central	-30 232	-4,46	-52 386	-2,96	-34 352	-4,48
Governo Federal (1)	-41 005	-6,04	-84 707	-4,79	-47 316	-6,17
Bacen	67	0,01	336	0,02	22	0,00
INSS	10 706	1,58	31 985	1,81	12 942	1,69
Governos regionais	-8 501	-1,25	-17 482	-0,99	-12 006	-1,57
Governo estadual	-7 638	-1,13	-16 060	-0,91	-9 360	-1,22
Governo municipal	-863	-0,13	-1 422	-0,08	-2 646	-0,35
Empresas estatais	465	0,07	-11 244	-0,64	-3 970	-0,52
Empresas estatais federais	1 733	0,26	-8 937	-0,51	-1 662	-0,22
Empresas estatais estaduais ..	-1 232	-0,18	-2 245	-0,13	-2 265	-0,30
Empresas estatais municipais	-36	-0,01	-62	0,00	-43	-0,01
PIB ACUMULADO NO ANO						
(2)	678 465	-	1 769 202	-	766 503	-

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Informações econômicas: política fiscal.

Nota para Imprensa, Brasília, BACEN, 26 ago. 2005. Disponível em:
<http://www.bcb.gov.br>

NOTA: Em valores correntes.

(1) Inclui o INSS. (2) Dados preliminares.

Esses resultados evidenciam que houve uma melhora no desempenho das contas públicas e que a equipe econômica do Governo manteve um rigor fiscal, pois, apesar de os dispêndios com juros se terem elevado, o déficit nominal registrou um pequeno decréscimo no seu montante, evidenciando que houve um aumento muito maior no superávit primário, que é utilizado para pagar os juros.

Essa circunstância ocorreu, embora o Governo não tenha renovado o acordo com o FMI, que expirou em março de 2005, pois continuou mantendo as mesmas metas fiscais, sem alterar a condução dessa política. Além disso,

esse organismo incluiu o País num programa denominado Monitoramento Pós-Acordo, que envolve a visita de técnicos do Fundo duas vezes por ano, com a finalidade de analisar os dados econômicos e de discutir as medidas adotadas. Assim, o País terá esse monitoramento até maio de 2007. Esse tipo de controle foi criado pelo FMI em 2000, com a finalidade de, segundo esse órgão, reforçar a prevenção de crises em países-membros que possuem dívidas com o Fundo, mesmo sem ter um acordo. Ademais, o País possui uma dívida com o FMI e é um dos seus maiores tomadores dos recursos. O total dos saques efetuados pelo País somou US\$ 25,08 bilhões, sendo que US 6,11 bilhões já foram pagos.

Por outro lado, o Deputado Delfim Netto apresentou uma proposta de ajuste fiscal que levasse a uma queda do déficit, tendo como objetivo zerar o déficit nominal num determinado período de tempo (três ou quatro anos). Para isso, seria necessário um profundo ajuste pelo lado dos gastos públicos, o que levaria a uma expectativa de redução das taxas de juros. Ou seja, o Governo passaria a utilizar o aperto fiscal, ao invés do esforço monetário (através da taxa de juros), para conter a inflação. Como o resultado nominal inclui o pagamento dos juros da dívida pública, essa proposição exigiria um maior esforço fiscal, pois os juros e o câmbio são variáveis macroeconômicas não controladas pela política fiscal.

Além disso, a idéia é que haja uma maior desvinculação das receitas orçamentárias, que hoje é de 20%, para até 40% das receitas totais, permitindo que o Governo tenha um maior raio de manobra para controle dos seus gastos. O Ministro da Fazenda continua considerando que o melhor resultado é a manutenção de um superávit primário consistente, pois, segundo ele, o que se busca é um esforço fiscal, através do controle dos gastos públicos, que possa proporcionar um déficit nominal zero nos próximos seis a 10 anos (Canzian, 2005).

2 - A performance da dívida líquida do setor público

A política fiscal vem sendo conduzida pela busca de superávits primários cada vez maiores, com o objetivo de reduzir a dívida pública. Na medida em que há uma desaceleração do crescimento do PIB, para manter a relação dívida/PIB num patamar menor, é necessário um esforço fiscal maior. Essa relação depende do diferencial entre juros reais e crescimento real do PIB e do resultado primário, pois sobre este último é que a política fiscal pode ter uma atuação direta.

Um ajuste fiscal rigoroso, aliado à valorização cambial e à inflação controlada, tem possibilitado uma queda na relação dívida líquida/PIB, que passou de 51,7% do PIB em dezembro de 2004 para 50,3% do PIB em maio de 2005 (Tabela 2).

Tabela 2

Dívida líquida do setor público do Brasil — dez./03, dez./04 e maio/05

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03		DEZ/04 (1)		MAIO/05 (1)	
	SalDOS (R\$ mi- lhões)	% PIB	SalDOS (R\$ mi- lhões)	% PIB	SalDOS (R\$ mi- lhões)	% PIB
A - DÍVIDA INTERNA LÍ- QUIDA	726 688	46,7	818 066	44,2	860 772	45,2
A.1 - Governo Federal	365 778	23,5	411 882	22,2	423 218	22,2
A.1.1 - Dívida mobiliária do Tesouro Nacional	679 267	43,3	768 821	41,5	847 864	44,5
A.1.2 - Dívidas securitiza- das	21 941	1,4	27 869	1,5	27 907	1,5
A.1.3 - Dívida bancária	2 129	0,1	2 693	0,1	2 328	0,1
A.1.4 - Créditos diversos	-494 915	-31,4	-534 405	-28,9	-551 864	-29,0
A.1.5 - Previdência Social ...	640	0,0	2 281	0,1	1 247	0,1
A.1.6 - Relacionamento com Bacen	156 716	10,1	144 623	7,8	95 736	5,0
A.2 - Banco Central do Brasil	52 693	3,4	64 480	3,5	93 631	4,9
A.2.1 - Base monetária	73 219	4,7	88 733	4,8	79 731	4,2
A.2.2 - Dívida mobiliária do Bacen	30 659	2,0	13 584	0,7	12 159	0,6
A.2.3 - Operações compro- missadas	65 810	4,2	58 892	3,2	49 081	2,6
A.2.4 - Outros depósitos no Bacen	56 962	3,7	66 077	3,6	66 954	3,5
A.2.5 - Créditos diversos	-17 241	-1,1	-18 183	-1,0	-18 558	-1,0
A.2.6 - Relacionamento com o Governo Federal ..	-156 716	-10,1	-144 623	-7,8	-95 736	-5,0
A.3 - Governos estaduais	261 586	16,8	289 980	15,7	292 532	15,4
A.3.1 - Dívida mobiliária lí- quida (2)	1 541	0,1	1 792	0,1	680	0,0
A.3.2 - Outras dívidas	282 700	18,1	313 551	16,9	318 584	16,7
A.3.3 - Créditos diversos	-22 655	-1,4	-25 363	-1,4	-26 732	-1,4

(continua)

Tabela 2

Dívida líquida do setor público do Brasil — dez./03, dez./04 e maio/05

DISCRIMINAÇÃO	DEZ/03		DEZ/04 (1)		MAIO/05 (1)	
	Saldos (R\$ mi- lhões)	% PIB	Saldos (R\$ mi- lhões)	% PIB	Saldos (R\$ mi- lhões)	% PIB
A.4 - Governos municipais	36 098	2,3	42 447	2,3	41 386	2,2
A.4.1 - Dívida mobiliária líquida (2)	830	0,1	965	0,1	0	0,0
A.4.2 - Outras dívidas	37 716	2,3	43 573	2,4	44 758	2,3
A.4.3 - Créditos diversos	-2 448	-0,1	-2 091	-0,1	-3 372	-0,2
A.5 - Empresas estatais ...	10 533	0,7	9 277	0,5	10 005	0,5
B - DÍVIDA EXTERNA LÍ- QUIDA	186 457	12,0	138 931	7,5	96 796	5,1
B.1 - Governo Federal	218 767	14,1	198 197	10,7	179 742	9,4
B.2 - Bacen (3)	-58 490	-3,8	-73 080	-3,9	-90 442	-4,7
B.3 - Governos estaduais	16 429	1,0	15 980	0,9	13 687	0,7
B.4 - Governos municipais	2 605	0,2	2 651	0,1	2 288	0,1
B.5 - Empresas estatais	7 146	0,5	-4 817	-0,3	-8 479	-0,4
C - DÍVIDA LÍQUIDA TO- TAL (A + B)	913 145	58,7	956 996	51,7	953 391	50,0
C.1 - Governo Federal	584 544	37,6	610 079	32,9	602 960	31,6
C.2 - Bacen	-5 796	-0,4	-8 602	-0,5	-3 609	-0,2
C.3 - Governos estaduais	278 016	17,9	305 961	16,5	307 073	16,1
C.4 - Governos municipais	38 703	2,5	45 098	2,4	43 664	2,3
C.5 - Empresas estatais ...	17 678	1,1	4 460	0,2	3 303	0,2
PIB ACUMULADO NO ANO (1)	1 596 846	-	1 851 972	-	1 905 358	-

FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Informações econômicas: política fiscal. **Nota para Imprensa**, Brasília, BACEN, 26 ago. 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>

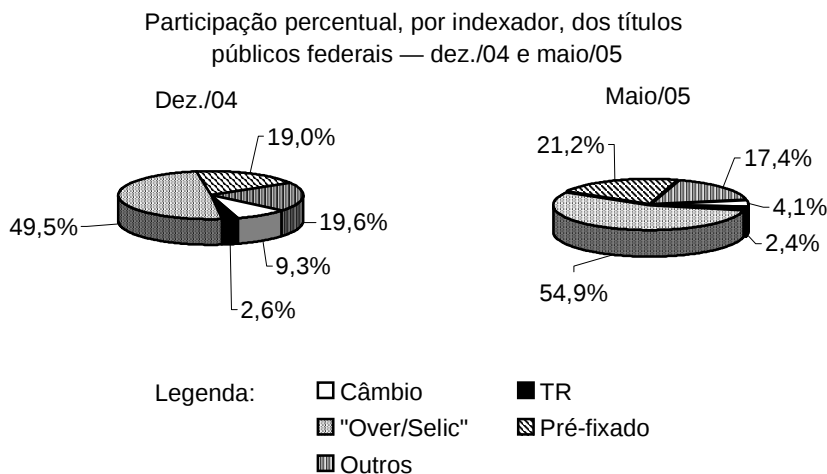
(1) Dados preliminares. (2) Dívida mobiliária emitida menos títulos em tesouraria. (3) Dívida líquida de reservas internacionais.

Todavia a dívida interna líquida, que representa a parcela mais expressiva do total da dívida líquida do setor público (90%), registrou crescimento, passando de 44,2% do PIB para 45,2% do PIB. Incluída nela, encontra-se a dívida pública mobiliária federal, que obteve uma elevação de seu estoque, em vista das novas emissões de títulos e dos gastos com juros, passando de R\$ 768,82 bilhões em dezembro de 2004 para R\$ 847,86 bilhões em maio de 2005. Embora essa dívida tenha aumentado, houve uma pequena melhora no seu perfil. A parcela de papéis pré-fixados — Letras do Tesouro Nacional (LTNs) — na

composição do estoque elevou-se de 19,0% do total em dezembro de 2004 para 21,2% em maio de 2005. Contudo o prazo médio para resgate dos títulos públicos federais, nesse período, manteve-se praticamente no mesmo patamar (21 meses), e os seus vencimentos estão muito concentrados no curto prazo, 25,4% até o final de 2005 e 35,8% até o final de 2006 (Banco Central do Brasil, 2005a; b), o que torna a situação da dívida pública preocupante.

Além disso, a maior parcela da dívida em títulos está indexada à taxa "over-Selic", e é pós-fixada, o que significa que sofre a influência da elevação da taxa de juros. Assim, os títulos atrelados à taxa de juros básica aumentaram sua participação no total, passando de 49,5% em dezembro de 2004 para 54,9% em maio de 2005, enquanto a parcela atrelada ao câmbio (*swaps* e títulos cambiais) reduziu-se substancialmente, de 9,3% do total da dívida em dezembro de 2004 para 4,1% até maio de 2005 (Gráfico 1). Essa redução da participação de títulos com correção cambial deveu-se à decisão do Governo (desde maio de 2003) de não emitir novos papéis para rolar a dívida vencida e também à apreciação do real em relação ao dólar no período. Este último fator ainda foi responsável pela queda do estoque da dívida externa líquida, que diminuiu de 14,5% do PIB em dezembro de 2004 para 10,2 % do PIB em maio de 2005.

Gráfico 1



FONTE: BANCO CENTRAL DO BRASIL. Informações econômicas: política fiscal.

Nota para Imprensa, Brasília, BACEN, 26 ago. 2005. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br>

NOTA: Incluindo *swaps* cambiais.

3 - O comportamento das contas fiscais do Governo Central

O resultado primário do Governo Central apresentou um crescimento de 7,0% nos cinco primeiros meses de 2005, totalizando R\$ 33,8 bilhões e superando em R\$ 2,2 bilhões o alcançado no mesmo período de 2004 (item E da Tabela 3). Esse desempenho foi conseguido graças ao superávit do Tesouro Nacional (R\$ 46,7 bilhões), que cobriu os déficits da Previdência Social (RGPS), de R\$ 13,0 bilhões, e do Banco Central, de R\$ 22,2 milhões, superando em 0,2%, em proporção ao PIB, o de 2004.

O Tesouro Nacional gerou uma receita total, nos cinco primeiros meses de 2005, que superou em 4,7% a apresentada nos mesmos meses de 2004, alcançando o valor de R\$ 154,4 bilhões. Segundo o Governo, esse resultado foi conseguido devido ao maior recolhimento de tributos por parte das empresas, cujo reflexo foi sentido, principalmente, na arrecadação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). A receita líquida total alcançou R\$ 160,6 bilhões, mostrando um acréscimo de 3,9% em relação ao período anterior, tendo em vista o aumento nos gastos com subsídios e incentivos fiscais, nos meses de janeiro a maio de 2005. As transferências a estados e municípios, que estão relacionadas diretamente à arrecadação do Imposto de Renda (IR) e ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tiveram um incremento de 10,2%, atingindo R\$ 35,1 bilhões, devido aos resultados positivos desses dois tributos (Tabela 3).

A despesa total registrou uma elevação de 3,1%, totalizando R\$ 126,7 bilhões. Os gastos com pessoal e encargos sociais, entre janeiro e maio de 2005, comparados aos mesmos meses de 2004, apresentaram uma queda de 4,8%, resultado da política de contenção de despesas do Governo, apesar do aumento do seguro-desemprego e do acréscimo no salário mínimo. Já os dispêndios com custeio e capital superaram em 6,0%, ou R\$ 37,2 bilhões, os gastos do exercício anterior, devido aos acréscimos nos subsídios, nas subvenções sociais, nos benefícios assistenciais e nas outras despesas. Observa-se que esse item ultrapassou em R\$ 2,2 bilhões as despesas de pessoal e encargos sociais em 2005.

Tabela 3

Resultado primário do Governo Central — jan.-maio 2004/05

DISCRIMINAÇÃO	JAN-MAIO 2004 (R\$ milhões)	JAN-MAIO 2005 (R\$ milhões)	$\Delta\%$
			$\frac{\text{JAN-MAIO 2005}}{\text{JAN-MAIO 2004}}$
A - RECEITA TOTAL	186 330,0	195 625,7	5,0
A.1 - Receitas do Tesouro	147 479,2	154 352,9	4,7
A.1.1 - Receita bruta	151 025,9	157 151,3	4,1
A.1.2 - Restituições (-).....	-3 546,7	-2 798,4	-21,1
A.1.3 - Incentivos fiscais (-)	0,0	0,0	-
A.2 - Receitas da Previdência Social	38 355,7	40 662,9	6,0
A.3 - Receitas do Banco Central	495,2	609,9	23,2
B - TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	31 808,1	35 062,5	10,2
C - RECEITA LÍQUIDA TOTAL (A - B)	154 521,9	160 563,2	3,9
D - DESPESA TOTAL	122 874,6	126 713,8	3,1
D.1 - Pessoal e encargos sociais	36 730,3	34 953,8	-4,8
D.2 - Benefícios previdenciários	50 261,4	53 693,6	6,8
D.3 - Custeio e capital	35 060,3	37 162,2	6,0
D.3.1 - Despesa do FAT	3 645,3	3 524,8	-3,3
D.3.2 - Subsídios e subvenções econômicas	1 700,7	2 743,9	61,3
D.3.3 - LOAS/RMV (1)	3 128,5	3 446,9	10,2
D.3.4 - Outras despesas	26 585,7	27 446,5	3,2
D.4 - Transferências do Tesouro ao Banco Central	253,7	272,1	7,3
D.5 - Despesas do Banco Central	569,0	632,1	11,1
E - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (C - D)	31 647,3	33 849,4	7,0
E.1 - Tesouro Nacional	43 626,7	46 750,7	7,2
E.2 - Previdência Social (RGPS) (2) ..	-11 597,7	-13 030,6	12,4
E.3 - Banco Central (3)	-73,9	-22,2	-69,9
F - RESULTADO PRIMÁRIO/PIB (%) ..	4,65	5,02	-

FONTE: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br> Acesso em: 24 jun. 2005.

NOTA: Dados revistos, sujeitos à alteração; valores inflacionados mensalmente pelo IGP-DI da FGV, a preços de maio/05.

(1) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central. Até 2003, a RMV estava sendo considerada como benefício previdenciário, integrando o resultado da Previdência Social. A partir de janeiro de 2004, passou a ser computada juntamente com a LOAS. (2) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários. (3) Despesas administradas líquidas de receitas próprias (incluindo transferências do Tesouro Nacional).

4 - O recolhimento dos tributos federais

Como já era previsto, a arrecadação dos tributos pelo Governo Federal cresceu acima do estimado, em virtude, principalmente, das medidas fiscais tomadas pelo mesmo em 2004, cujo reflexo está aparecendo nos primeiros cinco meses de 2005, em relação aos mesmos de 2004.

A arrecadação dos tributos federais¹ entre janeiro e maio de 2005 ultrapassou em 2,63% a do mesmo período de 2004, atingindo R\$ 144,97 bilhões. Embora o Governo tenha considerado a receita obtida em 2004 a maior da década, em 2005 ela continuou a crescer de forma significativa, em grande parte pelos acréscimos nas alíquotas de impostos ou mesmo pela criação de novas medidas no exercício anterior, dentre elas, a adoção de rígido combate à sonegação, cujo resultado está sendo sentido neste ano (Tabela 4).

As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal, no período analisado, representaram 94,7% do total arrecadado, enquanto as demais receitas participaram com apenas 5,3%. Os impostos constituíram 45,6% das primeiras, e as contribuições sociais somaram 49,1% daquele valor, ou seja, estas últimas superaram as primeiras em 3,5 pontos percentuais. As receitas administradas pela SRF, que alcançaram o montante de R\$ 137,3 bilhões, aumentaram 3,44% em relação às realizadas no período anterior, em função do elevado recolhimento das contribuições e dos impostos (Tabela 4).

Entre os tributos que mais contribuíram para o bom desempenho da arrecadação, estão o Imposto sobre Produtos Industrializados — auto e outros —, a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido e a Contribuição Para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que funcionam como termômetros do nível da atividade econômica e sinalizadores do crescimento econômico. O IRPJ e o IRPF também tiveram papel importante na melhoria da arrecadação.

O IPI, nos cinco primeiros meses de 2005, comparado ao dos mesmos de 2004, mostrou uma elevação de 9,5%, atingindo R\$ 10,5 bilhões. Destacaram-se, nesse tributo, o IPI-auto (11%) e o IPI-outros (20,1%); no primeiro, dentre outros fatores, o aumento deveu-se à elevação das vendas de carro no mercado interno (9,7%), ao crescimento gradual do setor industrial (7,5% no período de 12 meses) e à arrecadação atípica decorrente de auto de infração; no segundo, ao elevado recolhimento de receitas dos setores metalurgia básica (53,1%) e industrialização de produtos químicos (46,6%). O desempenho do IPI, mesmo

¹ Inclui os impostos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal e demais receitas e exclui contribuições previdenciárias.

com a desaceleração da economia que vem acontecendo no País, evidenciou que o setor industrial continua em crescimento.

Tabela 4

Arrecadação das receitas federais no Brasil — jan.-maio 2004/05

RECEITAS	JAN-MAIO/ /2004 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/ /2005 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ 2005 2004	COMPOSIÇÃO %	
				2005	2004
Imposto Sobre Importação	3 717,9	3 681,6	-0,98	2,54	2,63
Imposto Sobre Produtos Industrializa- dos	9 561,9	10 472,5	9,52	7,22	6,77
IPI-fumo	1 037,8	987,7	-4,83	0,68	0,73
IPI-bebidas	921,1	918,5	-0,28	0,63	0,65
IPI-automóveis	1 246,4	1 384,9	11,12	0,96	0,88
IPI-vinculado à importação	2 111,3	2 084,5	-1,27	1,44	1,49
IPI-outros	4 245,3	5 096,9	20,06	3,52	3,01
Imposto Sobre a Renda Total	47 476,8	48 338,8	1,82	33,34	33,61
Pessoa física	3 260,7	3 763,4	15,42	2,60	2,31
Pessoa jurídica	19 044,9	22 232,3	16,74	15,34	13,48
Entidades financeiras	4 189,3	3 678,3	-12,20	2,54	2,97
Demais empresas	14 856,7	18 554,0	24,89	12,80	10,52
Imposto de Renda retido na fonte	25 171,3	22 343,1	-11,24	15,41	17,82
IRRF - rendimentos do trabalho	13 182,7	13 564,7	2,90	9,36	9,33
IRRF - rendimentos de capital	8 263,0	5 091,3	-38,38	3,51	5,85
IRRF - rendimentos para o exterior	2 301,0	2 172,4	-5,59	1,50	1,63
IRRF - outros rendimentos	1 424,6	1 514,7	6,32	1,04	1,01
Imposto Sobre Operações Financei- ras (IOF)	2 277,5	2 397,9	5,29	1,65	1,61
Imposto Territorial Rural (ITR)	41,1	41,2	0,19	0,03	0,03
Contribuição Provisória Sobre Movi- mentação Financeira (CPMF)	11 365,4	11 665,2	2,64	8,05	8,05
Contribuição Para Seguridade Social (Cofins)	32 362,2	34 817,9	7,59	24,02	22,91
Contribuição Para o PIS/ /PASEP	8 583,7	8 760,9	2,07	6,04	6,08
Contribuição Social Sobre o Lucro Lí- quido (CSLL)	9 472,3	11 255,7	18,83	7,76	6,71
CIDE - combustíveis	3 633,8	3 181,0	-12,46	2,19	2,57
Contribuição para o Fundaf	126,6	127,0	0,33	0,09	0,09
Outras Receitas Administradas	1 289,6	1 295,8	0,48	0,89	0,91
Subtotal	131 481,6	136 035,5	3,46	93,84	93,08

(continua)

Tabela 4

Arrecadação das receitas federais no Brasil — jan.-maio 2004/05

RECEITAS	JAN-MAIO/ /2004 (R\$ milhões)	JAN-MAIO/ /2005 (R\$ milhões)	$\Delta\%$ <u>2005</u> 2004	COMPOSIÇÃO %	
				2005	2004
PAES	1 240,2	1 256,0	1,28	0,87	0,88
Receita Administrada pela Secretaria da Receita Federal (SRF) ...	132 721,8	137 291,5	3,44	94,70	93,96
Demais Receitas	8 529,1	7 680,7	-9,95	5,30	6,04
TOTAL	141 250,8	144 972,2	2,63	100,00	100,00

FONTE: BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Análise da arrecadação das receitas federais**. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2005. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br> Acesso em: 20 jun. 2005.

NOTA: Valores inflacionados mensalmente pelo IGP-DI da FGV, a preços de maio/05.

A CSLL apresentou um acréscimo de 18,8% de janeiro a maio de 2005, em relação aos mesmos meses de 2004, atingindo R\$ 11,3 bilhões, assim como o IRPJ, pois ambos são apurados com base no faturamento das empresas.

A Cofins apresentou um crescimento de 7,6%, atingindo R\$ 34,8 bilhões a partir da legislação implantada em maio de 2004, pela qual se tornou obrigatória a taxaço sobre insumos importados por empresas sujeitas à não-cumulatividade, e por lei posterior (Lei nº 10.865/04), que estendeu a taxaço a todos os produtos importados. Segundo o Governo Federal, essa tributação tornou mais coerente, nos mercados interno e externo, a aplicação dessa contribuição. Além disso, a retenção na fonte de todos os pagamentos realizados por empresas ou por órgãos públicos a pessoas jurídicas possibilitou maior controle por parte da SRF, além de maior arrecadação.

O IRPJ arrecadou R\$ 22,2 bilhões, com um crescimento de 16,7% no período. Esse aumento foi ocasionado pelos pagamentos de tributos efetuados por empresas não financeiras, tendo como bases a estimativa mensal e o lucro presumido, que são apurados pelo faturamento. Nesse caso, os setores que mais cresceram foram telecomunicação (551%), extração de minérios metálicos (652%) e produção de celulose e papel.

No que se refere ao IRPF, esse tributo ganhou reforço na arrecadação, em função da receita atípica de R\$ 831 milhões, proveniente de ganhos de capital em operação na bolsa de valores, como também da alienação de bens, ganhos através de causas judiciais, além dos recursos obtidos através das cotas da Declaração de Ajuste, recebidas pela SRF a partir de abril deste ano. Esse

imposto, nos primeiros cinco meses de 2005, apontou um crescimento de 15,4% em relação ao mesmo período de 2004, totalizando R\$ 3,8 bilhões. Cabe salientar que esse valor foi obtido mesmo com a redução da alíquota da tabela para pessoas físicas, que entrou em vigor em janeiro de 2005, na Declaração de Ajuste.

Afora isso, no mês de maio de 2005, foi editada a Medida Provisória nº 252, também chamada de "MP do Bem". Essa medida tem como principais objetivos incentivar e desonerar diversos setores da economia, através da isenção de algumas contribuições como o PIS/Pasep e a Cofins. Ela beneficia empresas exportadoras, a construção civil, bem como proporciona incentivos às empresas importadoras direcionadas à renovação tecnológica do setor de informática.

5 - O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentária para 2006

O Governo Federal enviou ao Legislativo o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, que estabelece as prioridades e os parâmetros para a elaboração da proposta do Orçamento Geral da União para o próximo ano.

Após ser analisado pela Comissão Mista de Orçamento (CMO) da Câmara de Deputados, a mesma elaborou um projeto substitutivo, modificando alguns pontos da proposta original, que aguarda votação por parte da Comissão.

Entre as modificações introduzidas pelo texto substitutivo está a adoção da política fiscal anticíclica, que poderá liberar o Governo para aumentar suas despesas em períodos de retração econômica e para reduzir as mesmas, quando ocorrer crescimento da economia que supere as expectativas do mercado.

A meta de superávit primário foi fixada em 4,25% do PIB. Essa meta poderá ser ajustada para 4,5% do PIB, no caso de a taxa de crescimento do PIB reestimada exceder a prevista para 2006 (4,5%), ou para menos, 4% do PIB, no caso de a taxa de crescimento ficar abaixo da previsão. Está previsto, também, que a estimativa de arrecadação dos tributos federais não poderá exceder 16% do PIB, ficando excluídas desse teto as receitas atípicas, tendo em vista que estas não fazem parte da tributação normal, mas, sim, são resultantes de acordos entre empresas e Governo, pelos quais as mesmas quitam suas dívidas com o fisco.

O relatório substitutivo da LDO prevê a criação de uma "reserva de recursos", que deverá ser composta por uma eventual previsão das receitas

tributárias acima dos 16% do PIB, ou seja, quando a arrecadação superar a meta, essas receitas extras irão para esse fundo de reserva. Foi fixado um limite de 17% do PIB para as despesas correntes primárias, e, quando necessário, admite-se fazer uso da reserva para gastos adicionais, como proporcionar melhores aumentos no salário mínimo.

6 - Considerações finais

O Governo tem conseguido manter um superávit primário elevado. Esse resultado deve-se a um aumento da arrecadação, decorrente, em grande parte, das medidas adotadas de elevação de tributos, bem como do rígido combate à sonegação. Porém o esforço fiscal não tem sido suficiente para cobrir os gastos com os juros da dívida pública, pois o setor público ainda apresenta déficit nominal.

A política monetária restritiva adotada pelo Bacen tem-se refletido num aumento das despesas do Governo com juros, pois a maior parcela da dívida pública é atrelada à "over-Selic", ou seja, é pós-fixada. A manutenção dessas taxas em patamares altos, aliada a uma desaceleração do PIB, compromete a política fiscal e irá exigir superávits maiores, com o objetivo de estabilizar a relação dívida/PIB. Por sua vez, a apreciação do real frente ao dólar, ocorrida durante o primeiro semestre de 2005, tem favorecido essa relação.

A intenção do Governo é continuar, no próximo ano, registrando resultados positivos nas contas públicas. Com esse objetivo, a proposta da LDO de 2006 enviada ao Congresso Nacional mantém a meta do superávit primário deste ano. Além disso, para um maior controle, fixou tetos para a carga tributária federal e para as despesas correntes.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Informações econômicas: política fiscal. **Nota para Imprensa**, Brasília, BACEN, 26 ago. 2005a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: 27 jun. 2005.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de inflação**. Brasília: BACEN, 2005b. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br> Acesso em: 30 jun. 2005.

BOLETIM DE CONJUNTURA. Brasília: IPEA, n. 68, mar. 2005. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br> Acesso em: 16 abr. 2005.

BRASIL, Congresso Nacional, **Relatório Lei de Diretrizes Orçamentárias 2006**. Brasília: Congresso Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.congresso.gov.br> Acesso em: 30 jun. 2005.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria da Receita Federal. **Análise da arrecadação das receitas federais**. Brasília: Secretaria da Receita Federal, 2005. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br> Acesso em: 20 jun. 2005.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2005. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br> Acesso em: 24 jun. 2005.

CANZIAN, Fernando. Palocci descarta ter meta de zerar o déficit nominal. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p-B4, 7 jul. 2005.

PATU, Gustavo. Projeto de LDO facilita aperto fiscal menor. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p-B4, 25 jun. 2005.